RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2015 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo – Sicoob Sul em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1) **Política Operacional**

Em 2015, o Sicoob Sul completou 26 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2) **Nosso Desempenho**

2.1) Retornos

		%	p.p
ROE/ROA	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	Var.
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	36,54	32,24	4,3
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	7,95	7,07	0,88

2.2) Resultado

	Em Milhares R$		%
Demonstração do Resultado do Período	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	Var.
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	61.415	53.145	15,56
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	16.099	9.860	63,28
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	5.024	1.086	362,62
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	10.557	9.138	15,53
Receitas com Ato Não Cooperativo	2.117	2.177	- 2,76
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	26.690	28.588	-6,64
Despesas Tributarias	409	308	32,79
Resultado de Participações e outras receitas operacionais e resultado não operacional	2.292	4.806	-52,31
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.343	4.879	- 51,98
Juros ao Capital	11.209	7.397	51,53
Sobras do exercício	50.449	35.681	41,39

Contribuíram para a evolução do Sobra do exercício de 2015:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 15,53%, o resultado da intermediação financeira cresceu 15,56%, a receita com recuperação de prejuízo cresceu 362,62% e a receitas com ato não Cooperativo reduziu 2,76% em relação ao mesmo período de 2014.

Quanto as despesas, o rigor no controle possibilitou que a variação das despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2014, fosse de 6,64% menor, percentual bem inferior a inflação do período.

Houve uma redução de 51,98% na receita de ingressos de deposito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 40%, 8 pontos percentuais acima do alcançado no exercício de 2014.

Foi pago para os associados em 2015 o valor de R$ 11.209 mil referente a juros ao capital, que é 51,53 % maior do que o pago no exercício anterior.

A Sobra do exercício teve um crescimento significativo de 41,39% em relação ao mesmo período de 2014.

2.3) Dados Patrimoniais

	Em Milhares R$		%
Balanço Patrimonial	**Jan a Dez/2015**	**Jan a Dez/2014**	**Variação**
Ativos Totais	674.467	594.147	13,52
Centralização Financeira	181.554	138.047	31,52
Carteira de Crédito	447.456	414.523	7,94
Depósitos	336.968	293.363	14,86
Patrimônio Líquido	186.485	143.734	29,74
Patrimônio de Referência (PR)	186.478	135.352	37,77

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2015

O total de ativos atingiu R$ 674.467 mil ao final de dezembro de 2015, com crescimento de 13,52% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da carteira de crédito, atingiu R$ 447.456 mil, com crescimento de 7,94% em relação a 31 de dezembro de 2014.

Os depósitos obtiveram um aumento de 14,86% considerando o mesmo período de 2014, atingindo no final do exercício de 2015 o montante de R$ 336.968 mil.

O patrimônio líquido cresceu 29,74% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R$ 186.485 mil.

Em 31/12/2015 a inadimplência acima de 90 dias foi de 3,38%, percentual inferior ao verificado no mercado.

2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Em Milhares R$

	31/12/2015			31/12/2014			Variação	
Carteira de Crédito	**PF**	**PJ**	**Total**	**PF**	**PJ**	**Total**	**Valor total**	**% Total**
Crédito Rural	73.013	14.388	87.401	70.579	17.093	87.672	- 271	-0,31%
Empréstimos	66.498	208.797	275.295	70.833	179.113	249.946	25.349	10,14%
Títulos descontados	10.827	53.409	64.236	11.756	45.478	57.234	7.002	12,23%
Conta Corrente	5.985	14.539	20.524	5.662	14.009	19.671	853	4,34%
Total	156.323	291.133	447.456	158.830	255.693	414.523	32.933	7,94%

3) Pessoas

Contávamos com 164 colaboradores no final do exercício de 2015, desses 92,07% possuem ensino superior e 28,66% com Certificação Profissional ANBINA (CPA). A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R$ 12.528 mil no exercício corrente.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2015, houve uma concentração de 94,69% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 3.849 de 25/03/2010 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2015, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 50 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, as 30 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de (quinze) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 31 de janeiro de 2016.
Conselho de Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL (EM 31/12/2015 E DE 2014 | EM MILHARES DE R$)

A T I V O	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		**471.635**	**404.866**
Disponibilidades		3.096	8.660
Títulos e Valores Mobiliários	4	757	1.318
Carteira Própria		757	1.318
Relações Interfinanceiras	5	181.554	138.047
Centralização Financeira - Cooperativas		181.554	138.047
Operações de Crédito	6	280.428	254.351
Empréstimos e Títulos Descontados		236.658	209.043
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		64.846	61.476
(-) Provisão para Operações de Crédito		(21.076)	(16.168)
Outros Créditos	7	3.659	2.303
Rendas a Receber		2.510	1.757
Diversos		1.149	546
Outros Valores e Bens	8	2.141	187
Outros Valores e Bens		2.154	169
(-) Provisão para Desvalorizações		(25)	-
Despesas Antecipadas		12	18
Não Circulante		**202.832**	**189.281**
Realizável a Longo Prazo		**179.787**	**170.538**
Títulos e Valores Mobiliários	4	31.720	24.343
Carteira Própria		31.720	24.343
Operações de Crédito	6	145.952	144.004
Empréstimos e Títulos Descontados		123.397	117.808
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		22.555	26.196
Outros Créditos	7	2.115	2.191
Diversos		2.115	2.191
Permanente		**23.045**	**18.743**
Investimentos	9	19.430	15.858
Participações em Cooperativas		19.430	15.858
Imobilizado de Uso	10	3.388	2.400
Imóveis de Uso		379	379
Outras Imobilizações de Uso		7.248	5.082
(-) Depreciações Acumuladas		(4.239)	(3.061)
Intangível	11	227	289
Ativos Diferidos		596	595
(-) Amortização Acumulada		(369)	(306)
Diferido	12	-	196
Gastos de Organização e Expansão		273	1.223
(-) Amortização Acumulada		(273)	(1.027)
TOTAL		**674.467**	**594.147**

P A S S I V O	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		**446.233**	**409.915**
Depósitos	13	366.968	293.363
Depósito à Vista		78.894	73.333
Depósito Sob Aviso		27.541	25.289
Depósito a Prazo		260.533	194.741
Relações Interfinanceiras	14.1	47.386	5
Repasses Interfinanceiros		47.384	5
Correspondentes		2	-
Relações Interdependências		8.515	3
Recursos em Transito de Terceiros	14.4	8.515	3
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	14.2	7.264	57.993
Empréstimos no País - Outras Instituições		7.264	57.993
Outras Obrigações		16.100	58.551
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	15.2	85	53
Sociais e Estatutárias	15.1	10.267	8.254
Fiscais e Previdenciárias	15.2	1.070	1.816
Diversas	15.2	4.678	48.428
Não Circulante		**41.749**	**40.498**
Exigível a Longo Prazo			
Relações Interfinanceiras	14.1	39.315	-
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	14.2	-	38.161
Empréstimos no País - Outras Instituições			38.161
Outras Obrigações	15.2	2.434	2.337
Diversas		2.434	2.337
Patrimônio Líquido	17	**186.485**	**143.734**
Capital Social		96.944	74.874
De Dominiliados no País		97.309	75.125
(-) Capital a Realizar		(365)	(251)
Reserva de Sobras		70.724	53.789
Sobras Acumuladas		18.817	15.071
TOTAL		**674.467**	**594.147**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS (EM 31/12/2015 E DE 2014 | EM MILHARES DE R$)

	Nota	2º SEM. 2015	31/12 2015	31/12 2014
Ingressos da Intermediação Financeira		**51.972**	**101.241**	**77.687**
Operações de Crédito		49.861	97.502	73.669
Resultado de Op.com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		2.111	3.739	4.018
Dispêndios da Intermediação Financeira		**(29.821)**	**(55.925)**	**(34.402)**
Operações de Captação no Mercado		(19.315)	(33.965)	(19.951)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	14.3	(3.179)	(5.861)	(4.591)
Provisão para Operações de Créditos		(7.327)	(16.099)	(9.860)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		**22.151**	**45.316**	**43.285**
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais		**4.821**	**6.107**	**(6.290)**
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		2.338	4.356	3.584
Rendas (Ingressos) de Tarifas		3.284	6.201	5.554
Dispêndios/Despesas de Pessoal		(6.534)	(12.528)	(12.596)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas		(6.056)	(11.997)	(10.840)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(257)	(409)	(308)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		12.029	20.306	8.589
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	20	1.555	2.343	4.879
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	21	(1.538)	(2.165)	(5.152)
Resultado Operacional		**26.972**	**51.423**	**36.995**
Resultado Não Operacional	22	**(37)**	**(51)**	**(73)**
Resultado Antes da Tributação e Participações		**26.935**	**51.372**	**36.922**
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	(505)
Participações nos Resultados de Empregados		(489)	(923)	(736)
Sobras / Perdas antes das Destinações		**26.446**	**50.449**	**35.681**
Destinações legais e Estatutárias		**-**	**(20.423)**	**(13.213)**
F.A.T.E.S.			(3.488)	(2.252)
Reserva Legal			(16.935)	(10.961)
Resultado antes do Juros ao Capital		**26.446**	**30.026**	**22.468**
Juros ao Capital	19	(11.209)	(11.209)	(7.397)
Sobras / Perdas Líquidas		**15.237**	**18.817**	**15.071**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(EM 31/12/2015 E DE 2014 | EM MILHARES DE R$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acum.	Totais
	Capital Subsc.	Capital a Realizar	Legal	Estatu.		
Saldo em 31/12/13	**56.594**	**(145)**	**41.331**	**1.497**	**13.767**	**113.044**
Dest. de Sobras Exercício Anterior:						
Ao Capital	13.766				(13.766)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(1)	(1)
Movimentações de Capital:						-
Por Subscrição/Realização	4.057	(106)				3.951
Por Devolução (-)	(5.417)					(5.417)
Sobras ou Perdas Líquidas					35.681	35.681
Provisão de Juros ao Capital					(7.397)	(7.397)
Subscrição do Juros ao Capital	7.204					7.204
IRRF sobre Juros ao Capital	(1.079)					(1.079)
Fates Atos Não Cooperativos					(882)	(882)
Dest. das Sobras do Exercício:						-
. Fundo de Reserva			10.961		(10.961)	-
. F A T E S					(1.370)	(1.370)
Saldos em 31/12/14	**75.125**	**(251)**	**52.292**	**1.497**	**15.071**	**143.734**
Saldo em 31/12/14	**75.125**	**(251)**	**52.292**	**1.497**	**15.071**	**143.734**
Dest.de Sobras Exercício Anterior:						
Ao FATES						**-**
Em Conta Corrente do Associado						**-**
Ao Capital	14.986				(14.986)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(85)	(85)
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	3.117	(114)				3.003
Por Devolução (-)	(4.581)					(4.581)
Estorno de Capital	(9)					(9)
Reversões de Reservas						-
Sobras ou Perdas Líquidas					50.449	50.449
Provisão de Juros ao Capital					(11.209)	(11.209)
Subscrição do Juros ao Capital	11.121					11.121
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.115)					(2.115)
IRRF sobre Juros ao Capital	(335)					(335)
Fates Atos Não Cooperativos					(1.606)	(1.606)
Dest. das Sobras do Exercício:						-
. Fundo de Reserva			16.935		(16.935)	-
. F A T E S					(1.882)	(1.882)
Saldos em 31/12/15	**97.309**	**(365)**	**69.227**	**1.497**	**18.817**	**186.485**
Saldo em 30/06/15	**88.954**	**(327)**	**52.292**	**1.497**	**24.003**	**166.419**
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.635	(38)				1.597
Por Devolução (-)	(1.944)					(1.944)
Estorno de Capital	(7)					(7)
Reversões de Reservas						-
Sobras ou Perdas Líquidas					26.446	26.446
Provisão de Juros ao Capital					(11.209)	(11.209)
Subscrição do Juros ao Capital	11.121					11.121
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.115)				-	(2.115)
IRRF sobre Juros ao Capital	(335)					(335)
Fates Atos Não Cooperativos					(1.606)	(1.606)
Dest. das Sobras do Exercício:						-
. Fundo de Reserva			16.935		(16.935)	-
. F A T E S					(1.882)	(1.882)
Saldos em 31/12/15	**97.309**	**(365)**	**69.227**	**1.497**	**18.817**	**186.485**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(EM 31/12/2015 E DE 2014 | EM MILHARES DE R$)

DESCRIÇÃO	2º SEM.2015	31/12/2015	31/12/2014
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tribut. e Particip.	**26.935**	**51.372**	**36.922**
IRPJ / CSLL	-	-	(505)
Participações nos Resultados de Empregados	(489)	(923)	(736)
Depreciações e Amortizações	328	677	790
Provisão para perda com operações de crédito	7.327	16.099	9.860
Provisão de Juros ao Capital	(11.209)	(11.209)	(7.397)
Result.das baixas por obsolescencia do Ativo Imobilizado	14	21	19
	22.906	**56.037**	**38.953**
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	(2.599)	(6.816)	12.641
Relações Interfinanceiras	183	-	-
Operações de Crédito	(9.396)	(44.124)	(68.966)
Outros Créditos	(713)	(1.280)	(1.295)
Outros Valores e Bens	(1.659)	(1.954)	225
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	(5.538)	5.561	13.992
Depósitos sob Aviso	1.346	2.252	1.064
Depósitos a Prazo	17.232	65.792	58.678
Outras Obrigações	2.547	(42.442)	36.401
Relações Interfinanceiras	86.697	86.696	4
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(91.957)	(88.890)	15.187
Relações Interdependências	7.955	8.512	(28)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	**27.004**	**39.344**	**106.856**
Atividades de Investimentos			
Aplicação no Intangível	-	-	(23)
Inversões em Imobilizado de Uso	(1.166)	(1.427)	(399)
Inversões em Investimentos	(657)	(3.573)	(3.046)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	**(1.823)**	**(5.000)**	**(3.468)**
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.597	3.003	3.951
Devolução de Capital à Cooperados	(1.944)	(4.581)	(5.417)
Estorno de Capital	(7)	(9)	
Dest. de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(85)	(1)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(1.606)	(1.606)	(882)
FATES Sobras Exercício	(1.882)	(1.882)	(1.370)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	88	88	193
Subscrição do Juros ao Capital	11.121	11.121	7.204
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.115)	(2.115)	-
IRRF sobre Juros ao Capital	(335)	(335)	(1.079)
Aumento de Reservas			
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	**4.917**	**3.599**	**2.599**
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	**30.098**	**37.943**	**105.987**
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	154.552	146.707	40.720
No Fim do Período	184.650	184.650	146.707
Variação Líquida das Disponibilidades	**30.098**	**37.943**	**105.987**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2015 E DE 2014 | EM MILHARES DE R$)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo - SICOOB SUL, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 12/09/1989, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santos – SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional, que dispões sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SUL com sede em Cachoeiro de Itapemirim possui Postos de Atendimento - PA nas seguintes localidades: Bairro BNH e Centro (Cachoeiro de Itapemirim), Castelo, São José de Fruteiras, Alegre, São José do Calçado, Rio Novo do Sul, Bom Jesus do Norte, Vargem Alta, Guaçuí, Marataízes, Presidente Kennedy, Mimoso do Sul.

O SICOOB SUL tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 2006 ocorreu a transformação do SICOOB SUL para entidade de "Livre Admissão de Associados"; aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 26/09/2006.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, tendo sido aprovadas pela administração em 15 de janeiro de 2016.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valore e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

	2015	2014
Caixa/numerários em trânsito e depósitos bancários	3.096	8.660
Relações interfinanceiras – centralização financeira	181.554	138.047
Total	**184.650**	**146.707**

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/09 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (rico mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES, são avaliados pelo método

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2014 E DE 2013 | EM MILHARES DE R$)

de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 5 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/08, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2015 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

n) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

p) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

t) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

a) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários do SICOOB SUL estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Títulos de Renda Fixa (a)	32.477	25.661
Total	**32.477**	**25.661**

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondente aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	181.554	138.047
Total	**181.554**	**138.047**

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa depositada junto ao SICOOB CENTRAL ES.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2015			31/12 2014
	Circ.	Não Circ.	Total	
Adiantamento a Depositante	1.069	-	1.069	1.806
Cheque Especial / Conta Garantida	19.455	-	19.455	17.866
Empréstimos	135.526	104.765	240.291	209.818
Financiamentos	16.374	18.630	35.004	40.128
Títulos Descontados	64.234	2	64.236	57.233
Financiamento Rural Próprio	1.201	139	1.340	1.400
Financiamento Rural Repasses	63.645	22.416	86.061	86.272
(-) Provisão para Perda com Operações de Crédito	(21.076)	-	(21.076)	(16.168)
Total	**280.428**	**145.952**	**426.380**	**398.355**

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garant.	Financ.	Financ. Rurais	Total 31/12 2015	Prov. 31/12 2015	Total 31/12 2014	Prov. 31/12 2014
AA	-	Nor.	25.114	20	666	322	26.122		14.900	
A	0,5%	Nor.	145.914	2.384	23.605	33.334	205.237	1.026	247.986	1.239
B	1%	Nor.	92.417	13.299	5.207	50.253	161.176	1.612	112.631	1.126
B	1%	Venc.	13.309	29	1.136	174	14.648	146	3.301	33
C	3%	Nor.	7.559	2.654	1.560	726	12.499	375	8.158	245
C	3%	Venc.	2.933	64	858	166	4.021	121	2.312	69
D	10%	Nor.	809	789	44	76	1.718	172	9.839	984
D	10%	Venc.	1.276	57	520	39	1.892	189	1.095	110
E	30%	Nor.	316	188	40	168	712	213	426	128
E	30%	Venc.	1.145	34	213	204	1.596	479	1.101	330
F	50%	Nor.	240	236	2	10	488	244	343	172
F	50%	Venc.	788	50	136	25	999	500	468	234
G	70%	Nor.	71	139	0	16	226	158	157	110
G	70%	Venc.	747	81	73	36	937	656	1.397	979
H	100%	Nor.	1.045	394	138	248	1.825	1.825	5.303	5.303
H	100%	Venc.	10.845	106	805	1.604	13.360	13.360	5.106	5.106
Total Normal			273.485	20.103	31.262	85.153	410.003	5.625	399.743	9.307
Total Vencidos			31.043	421	3.741	2.248	37.453	15.451	14.780	6.861
Total Geral			304.528	20.524	35.003	87.401	447.456	21.076	414.523	16.168
Provisões			(15.725)	(1.176)	(1.449)	(2.726)	(21.076)		(16.168)	
Total Líquido			288.803	19.348	33.554	84.675	426.380		398.355	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (dias):

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	53.439	82.087	104.765	240.291
Títulos Descontados	59.070	5.164	2	64.236
Financiamentos	5.086	11.288	18.630	35.004
Financ.Rurais	12.331	52.515	22.555	87.401
Total	**129.926**	**151.054**	**145.952**	**426.932**

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	31/12/2015	% da cart.
Setor Privado – Comércio	108.832	25,49
Setor Privado – Indústria	33.608	7,87
Setor Privado – Serviços	101.817	23,85
Setor Privado - Agropecuário	21.904	5,13
Pessoa Física	150.337	35,22
Outros	10.434	2,44
Total	**426.932**	**100**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	16.168	10.116
Constituições/Reversões no Exercício	16.100	9.865
Transferência para Prejuízo no Exercício	(11.192)	(3.813)
Total	**21.076**	**16.168**

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12 2015	% Cart. Total	31/12 2014	% Cart. Total
Maior Devedor	10.259	2,29	10.172	2,45
10 Maiores Devedores	80.479	17,99	75.767	18,28
50 Maiores Devedores	162.868	36,40	148.205	35,75

g) Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo início do exercício	19.105	16.307
Valor das operações transferidas no período	11.192	3.813
Valor das operações recuperadas no período	(4.987)	(1.000)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	2.644	51
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(48)	(66)
Total	**27.906**	**19.105**

7. Outros créditos

Valores referentes as importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive as resultantes do exercício corrente, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Rendas a Receber	2.510	1.757
Serviços Prestados a Receber	250	45
Outras Rendas a Receber (a)	2.260	1.712
Diversos	3.264	2.737
Adiantamentos e Antecipações Salariais	102	98
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	91	8
Devedores por compra de valores e bens	-	125
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	2.115	2.191
Impostos e Contribuições a Compensar	564	-
Pagamentos a Ressarcir	56	8
Títulos e Créditos a Receber	238	207
Devedores Diversos – País	98	100
Total	**5.774**	**4.494**

(a) A maior representatividade desse grupo refere-se a Centralização financeira no montante de R$ 2.158 mil.

(b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R$ 337), COFINS sobre Atos Cooperativos (R$ 1.592), recursos trabalhistas (R$ 76) e recursos de ações de danos morais (R$ 110)

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Outros Valores e Bens	2.129	169
Bens Não de Uso Próprio	2.013	90
Material em Estoque	141	79
Provisão para Desvalorização	(25)	-
Despesas Antecipadas	12	18
Total	**2.141**	**187**

Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros, licenças de sistema.

9. Investimentos

O saldo é representado por aportes de capital efetuados pelo SICOOB CENTRAL ES e aquisição de ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo	14.504	12.843
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	4.926	3.015
TOTAL	**19.430**	**15.858**

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depr.	31/12 2015	31/12 2014
Terrenos	-	379	379
Instalações	10%	1.763	688
Móveis e Equipamentos	10%	1.708	1.626
Sistema de Proces. de Dados	20%	2.097	2.056
Sistemas de Comunicação	10%	123	129
Sistema de Segurança	10%	415	405
Sistema de Transporte	20%	142	142
Imobilizações em Curso	*	1.000	36
TOTAL		**7.627**	**5.461**
Depreciação acumulada		(4.239)	(3.061)
TOTAL		**3.388**	**2.400**

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa Amort.	31/12 2015	31/12 2014
Direito de Uso	10%	596	595
TOTAL		**596**	**595**
Amortização acumulada		(369)	(306)
TOTAL		**227**	**289**

O valor registrado na rubrica "Intangível" refere-se a 14 licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, 11 adquiridas em junho de 2009, 2 adquiridas em fevereiro de 2011 e uma adquirida em março de 2013, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Nas mesmas datas, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

12. Diferido

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, substancialmente, instalações e reforma de PAs.

Descrição	Taxa de Amort.	31/12 2015	31/12 2014
Benfeitorias	20%	265	1.215
Prog. de Computador –Software	20%	8	8
TOTAL		**273**	**1.223**
Amortização acumulada		(273)	
TOTAL		**-**	**196**

13. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Depósito à Vista	78.894	73.333
Depósito Sob Aviso	27.541	25.289
Depósito a Prazo	260.533	194.741
TOTAL	**366.968**	**293.363**

Os depósitos, até o limite de R$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN n°4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12 2015	% Cart. Total	31/12 2014	% Cart. Total
Maior Depositante	17.556	4,89%	11.681	4,06%
10 Maiores Deposit.	67.582	18,82%	46.390	16,10%
50 Maiores Deposit.	120.630	33,59%	101.018	33,07%

Foi instituído no Sicoob Central ES o FGF – Fundo de Garantia e Fomento do Sicoob Espírito Santo, que objetiva fortalecer as cooperativas filiadas ao Sicoob Central ES, disponibilizando recursos para: a cobertura adicional nos termos do FGCoop até o limite de R$ 100 (cem mil) por CPF/CNPJ; expansão dos negócios pela abertura e modernização de pontos de atendimento e incorporação, fusão ou liquidação judicial ou extrajudicial de cooperativas filiadas.

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2015 E DE 2014 | EM MILHARES DE R$)

14. Relações Interfinanceiras/Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades (art. 37, da Resolução CMN nº 3.859/2010) e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

No segundo semestre de 2015 os recursos de repasse contratos com o Bancoob e Sicoob Central ES foram reclassificados de obrigações por empréstimos e repasses para o grupo de relações interfinanceiras, para melhor adequação a natureza dos contratos.

14.1 Relações Interfinanceiras:

Instituições	Taxa	Venc.	31/12/2015		31/12 2014
			Circ. Até 1 ano	Não Circ. Acima de 1 ano	
BANCOOB	Div.	Div.	39.337	35.052	-
Sicoob Central ES	Div.	Div.	8.047	4.263	-
Total			47.384	39.315	-

14.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Venc.	31/12/2015		31/12 2014
			Circ. Até 1 ano	Não Circ. Acima de 1 ano	
Sicoob Central ES	Div.	Div.	7.264	-	12.674
BANCOOB	Div.	Div.	-	-	73.480
Total			7.264	-	96.154

14.3 Resultado das Relações Interfinanceiras / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
BANCOOB	4.298	3.534
Sicoob Central ES	1.563	1.057
Total	**5.861**	**4.591**

14.4 Relações Interdependências

Registra-se os valores de ordens por cheque. Esses valores recebiam a classificação na rubrica de cheque administrativo, sendo reclassificado nesse exercício.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Ordens de pagamento (a)	8.511	-
Total	**8.511**	**-**

a) Trata-se de cheques emitidos contra ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil

15. Outras Obrigações

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	8.541	5.695
Cotas de capital a pagar (b)	781	1.823
Provisão para Participações nos Resultados – Empregados (c)	874	736
Outras obrigações (d)	71	-
Total	**10.267**	**8.254**

a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 5% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

b) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R$ 874 (oitocentos e setenta e quatro mil), a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento efetivado em 29/01/16.

d) Refere-se a gratificações de produtividade de dirigentes a pagar.

15.2 Diversas

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Cheques administrativos (a)	-	44.342
Despesas de Pessoal	1.030	929
Outras Despesas Admi. (b)	694	909
Credores Diversos – País	399	255
Cheques Descontados (c)	1.259	1.127
Liquidação Cobrança (d)	38	165
Obrigações por Prestação de Serviços de Terceiros	933	700
Outras (e)	1.180	1.870
Prov. para Garantias Prestadas (f)	300	-
Provisão para Passivos Contingentes (g)	2.434	2.337
Total	**8.267**	**52.634**

(a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição. Os valores que correspondem a ordem de pagamento por cheque foram reclassificados para a rubrica específica, conforme apresentado na nota 14.4.

(b) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com alugueis R$ 28 mil, custódia de valores e bens R$ 4 mil, comunicações R$ 64 mil, segurança e vigilância R$ 65 mil, manutenção e conservação de bens R$ 9 mil, transporte R$ 24 mil, seguro R$ 208 mil, plano de saúde R$ 2 mil, compensação R$ 172 mil, seguros a recolher R$ 3 mil, provisão de despesas com cartão R$ 79 mil, outras despesas R$ 36 mil;

(c) Refere-se a cheques depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2015.

(d) Refere-se a cobranças liquidadas, não repassadas aos associados até a data-base de 31/12/2015.

(e) A maior representatividade refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre juros ao capital R$ 336 mil, imposto de renda sobre aplicações financeiras R$ 255 mil e impostos e contribuições incidentes sobre a folha de pagamento R$ 400 mil.

(f) Refere-se a provisão sobre as garantias prestadas, registradas no compensado, descrita na nota 25.

(g) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	2015		2014	
	Prov. p/ conting.	Dep. judiciais	Prov. p/ conting.	Dep. judiciais
PIS (a)	337	337	320	320
COFINS (a)	1.592	1.592	1.514	1.514
INSS (b)	-	-	119	119
Trabalhistas (c)	215	76	235	76
Outras conting. (d)	290	110	149	162
Total	2.434	2.115	2.337	2.191

a) PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Devedores por Depósitos em Garantia.

b) Os valores depositados em juízo, pertinentes ao processo do INSS sobre cédulas de presença, foram convertidos em pagamento definitivo após decisão final do processo.

c) Provisão de ações trabalhistas em curso.

d) Refere-se a processo de danos morais em curso e multas aplicadas pelo Procon.

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB SUL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 45%, utilizada para a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária

Reserva constituída nos exercícios de 2003 e 2004 no montante de R$ 1.497 mil (um milhão, quatrocentos e noventa e sete mil) objetivando construção da sede própria da cooperativa.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, através da Carta Circular 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 18 de abril de 2015, os cooperados deliberaram pelo aumento do Capital social com as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no valor de R$ 15.071 mil.

e) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Sobras /lucro líquido do exercício	39.240	28.284
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(1.606)	(882)
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações	37.634	27.402
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 45%	(16.935)	(10.961)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(1.882)	(1.370)
Sobras à disposição da Assembléia Geral	**18.817**	**15.071**

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receita de prestação de serviços	2.407	2.177
Despesas específicas de atos não cooperativos	(316)	(314)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(434)	(476)
Resultado não Operacional	(51)	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.606	1.387
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	**1.606**	**882**

19. Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou pagamento de juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O referido pagamento foi demonstrado na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Juros ao Capital	11.209	7.397
IRRF sobre juros ao capital	(335)	(1.079)
Juros ao Capital – Associados Desligados	(88)	(193)
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.115)	-
Valor incorporado a conta capital (a)	**8.671**	**6.125**

(a) Na mesma data do pagamento do juros ao capital incorporado, parte dele foi devolvido e creditado na conta corrente do associado, no montante de R$ 2.115 mil.

20. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Recuperação de despesas diversas	50	3.616
Rendas de repasses delcredere	458	379
Reversão de provisões administrativas	205	5
Rendas juros cartão de crédito	629	-
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	282	-
Rendas intercâmbio - cartão de crédito	217	-
Rendas intercâmbio - cartão de débito	68	-
Dividendos (a)	434	-
Outras	-	879
Total	**2.343**	**4.879**

a) Valor referente a dividendos recebidos do Bancoob no montade de R$ 303 mil, atualização referente a devolução da e Sobras recebidos da Sicoob Central ES R$ 131 mil.

21. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Descontos concedidos - operações de crédito	311	506
Contribuição ao fundo garantidor de depósitos	-	191
Bonificação de Seguro Prestamista	4	5
Correspondente Bancário	87	105
Cancelamento – Tarifas Pendentes	430	313
Passivos Contingentes	195	101
Fundo de Desenvolvimento (a)	664	3.899
Descontos concedidos – Oper Créd – Crédito Pessoal	14	7
Passivos Trabalhistas	15	-
Contrib. Ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	39	-
Contrib. Ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	26	-
Contribuições Diversas	63	-
Provisão para Garantias Prestadas	300	-
Diversos	17	25
Total	**2.165**	**5.152**

a) Refere-se a Fundo de Garantia e Fomento do Sicoob Espírito Santo que objetiva disponibilizar recursos para: a cobertura adicional nos termos do FGCoop; expansão dos negócios pela abertura e modernização de pontos de atendimento.

22. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Lucro na alienação de valores e bens	20	1
Ganho de Capital	44	47
Outras rendas não Operacionais	2	-
Prejuízo na alienação de valores e bens	-	(36)
Perdas de capital	(26)	(32)
Outras despesas não Operacionais	(1)	(53)
Perdas – Fraudes Externas	(82)	-
Perdas – Práticas Inadequadas	(8)	-
Resultado líquido	**(51)**	**(73)**

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2015:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R$ 14.497	0,76
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	**% em relação à carteira total**
R$ 6.875	2,45

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2015:

OPERAÇÕES ATIVAS

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Cheque Especial, Conta Garantida e Adiantamento a Depositante.	9	-	0,04
Crédito Rural	694	(5)	0,79
Empréstimo	13.979	(76)	5,08
Títulos Descontados	199	-	0,31

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/2015

Natureza dos Depósitos	Valor do Deposito	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	760	0,96	-
Depósitos a Prazo	15.106	5,24	95% a 100% CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta Garantida	5,97% a.m	5,97% a.m
Desconto de Cheques	1,70% a.m à 2,30% a.m	1,70% a.m à 4,00% a.m
Empréstimos *	CDI+0,50% a.m. a CDI+4,25% a.m.*	CDI+0,80% a.m. a CDI+4,50% a.m.
Crédito Rural - RPL	-	1,10% a.m. a 2,80% a.m.
Crédito Rural – Repasses	2,00% a.a. a 6,50% a.a.	1,00% a.a. a 6,50% a.a.
Aplicação Financeira	95% a 100% CDI	90% a 100% CDI

* Operação contratada em 04/2013 em conformidade com a tabela vigente na época.

No exercício de 2015, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida,

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2015 E DE 2014 | EM MILHARES DE R$)

previdência privada e vale alimentação, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS EXERCICIO DE 2015 (R$ mil)	
Honorários e Cédula de Presença	810
Remuneração	261
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	31

24. Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santos – SICOOB CENTRAL ES

O SICOOB SUL, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - SICOOB Central ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL ES, em 31 de dezembro de 2015, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 29 de janeiro de 2016, com opinião sem modificação.

25. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2015, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R$ 30.867 mil (trinta milhões, oitocentos e sessenta e sete mil) (31/12/2014 - R$ 8.724 mil), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

26. Seguros Contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 3444, de 28/02/2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2015	2014
Patrimônio de Referência	135.352	186.478
Margem de Compatibilização	125.603	84.406
Índice da Basileia	39,82%	34,54%
Margem de Imobilização	89.631	64.891

28. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo – SICOOB SUL, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificados 32 (trinta e dois) processos como perdas possíveis, totalizando R$ 1.689 mil (um milhão, novecentos e setenta e três mil).

29. Gerenciamento de Risco e de Capital

Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

Risco de mercado e de liquidez

a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Sul objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007.

b) Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Sul aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

d) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

e) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o Sicoob Sul possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

Risco de crédito

a) O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Sul objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Sul aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Sul possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

Gerenciamento de capital

a) A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Sul objetiva garantir a aderência as normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.

b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Sul aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo continuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Luiz Fernando Bonandi
Diretor Executivo
CPF: 761.768.197-68

Ediene Maria Messias
Diretora Operacional
CPF: 017.142.437-96

Fábia Lorena Rosi Mantovanelli
Contadora CRC-ES:013.868/O-8
CPF:007.835.517-62

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL**

Cachoeiro de Itapemirim - ES

Prezados:

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo - SICOOB SUL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo - SICOOB SUL é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo - SICOOB SUL em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Belo Horizonte, 22 de março de 2016.

CNAC
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa
Antonio Alberto Sica
Contador CRC MG 080.030/0-O "S" ES
CNAI 1845

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal da **Cooperativa Credito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo – Sicoob Sul,** em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos – CNAC, datado de 22 de março de 2016, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Cachoeiro de Itapemirim - ES, 23 de março de 2016.

Jose Carlos Landeiro Fraga
Coordenador do Conselho Fiscal

Paulo Roberto Ciancio Marino
Secretário do Conselho Fiscal

Paulo Shalders
Conselheiro Fiscal - Efetivo